



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

LEI Nº 1625  
DE 08 DE NOVEMBRO DE 1990.

QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ODAIR PERUCHI - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,  
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, tendo as atribuições e composição na forma desta Lei.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente tem por objetivo:

- I- atuar no sentido de desenvolver na família, nas sociedades e em todos os níveis do poder público, o respeito aos direitos da criança e do adolescente, entre os quais prioritariamente, estão o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
- II- agir junto à sociedade e aos órgãos públicos para que a criança e o adolescente recebam dos poderes públicos o direito à proteção especial, atuando no sentido de que a criança e o adolescente estejam a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- III- propor e garantir uma ação política junto aos órgãos competentes compatível com as reais necessidades da criança e do adolescente, proporcionando-lhes oportunidades e facilidades, por lei ou outros meios, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade;
- IV- fazer cumprir, através da mobilização social e conscientização da sociedade, a legislação vigente ou a que venha a ser elaborada com relação aos direitos da criança e do adolescente, desde que em consonância com os objetivos do conselho.

Artigo 3º - é competência do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente

continua.....



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROÓPOLIS

Lei nº 1625- de 08.11.90

-continuação-

fls.02

lescente:

- I - prover seminário, debates, encontros e outros eventos visando a conscientização da sociedade para a problemática da criança e do adolescente;
- II - prestar apoio e a assistência a entidade da sociedade quando solicitado;
- III - coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes à criança e ao adolescente;
- IV - editar publicações, folhetos e obras a fim de ampliar os conhecimentos sobre os problemas que afetam direta ou indiretamente a criança e ao adolescente
- V - sugerir a adoção de medidas legais ou administrativas necessárias à realização de seus objetivos;
- VI - propor ao Executivo, para elaboração do orçamento anual, a destinação de verbas às entidades que prestam serviços a criança e ao adolescente para um programa de ação;
- VII - executar outras atribuições que lhe sejam conferidas por leis federal ou estadual.

Artigo 4º - O Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente será constituído de 10 (dez) pessoas que direta ou indiretamente prestam serviços à coletividade.

Artigo 5º - Os Conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, obedecido o critério estabelecido no artigo anterior.

Parágrafo Único - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, sempre que for convocado.

Artigo 6º - O mandato dos conselheiros é de 4 (quatro) anos, podendo serem renomeados.

Artigo 7º - Os Conselheiros não serão remunerados a qualquer título, sendo seus serviços considerados de alta relevância, na conformidade do artigo 89 da Lei 8.069.

Artigo 8º - O Conselho Municipal poderá solicitar junto a pessoas físicas ou jurídicas e às entidades de classe ou profissionais, que componham quadro de assessoria multiprofissional para atuar como órgão consultivo.

Artigo 9º - As entidades populares e grupos organizados que no seu

continua.....



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROÓPOLIS

Lei nº 1625- de 08.11.90

-continuação-

fls.03

plano de ação contenham programas e atividades consonantes com a natureza e os objetivos do Conselho e ainda as pessoas e entidades referidas neste artigo, atuarão junto ao Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, independentemente de solicitação do órgão, sugerindo medidas e propondo projetos.

Artigo 10 - A atuação das pessoas e entidades a que se refere o artigo anterior assegura a exposição e a sustentação da sugestão ou do projeto perante o órgão colegiado, após aprovação preliminar do coordenador do Conselho, que remeterá para análise do colegiado o qual se manifestará e decidirá na forma desta Lei.

Artigo 11 - O Conselho elaborará seu regimento interno que será aprovado pela maioria simples.

Parágrafo Único - O regimento de que trata esse artigo será normatizado por Decreto do Prefeito Municipal.

Artigo 12 - O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, para a concepção de suas finalidades, poderá promover convênios e receber dotações de verbas, doação e legados, bem como promover campanhas para fins beneficentes.

Artigo 13 - Os recursos financeiros atribuídos ao Conselho além dos previstos no artigo anterior, será de verba através do fundo municipal, sendo depositado em estabelecimento oficial de crédito e anualmente submetidos à prestações de contas aos órgãos competentes.

Artigo 14 - A Prefeitura Municipal destinará o local adequado à reuniões do Conselho e designará, dentre os servidores, aqueles suficientes e necessários ao atendimento das tarefas burocráticas.

Artigo 15 - O Conselho elegerá, na sua primeira reunião ordinária de cada (quadriênio) mandato, dentre seus integrantes o coordenador, um vice-coordenador e dois secretários, substituindo-se em seus impedimentos ou faltas nessa ordem.

§ 1º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples de seus membros.

§ 2º - O Coordenador ou seus substituto só terá voto quando houver empate em qualquer votação.

Artigo 16 - As despesas com a execução da presente Lei, correrão por  
continua.....



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Lei nº 1625- de 08.11.90

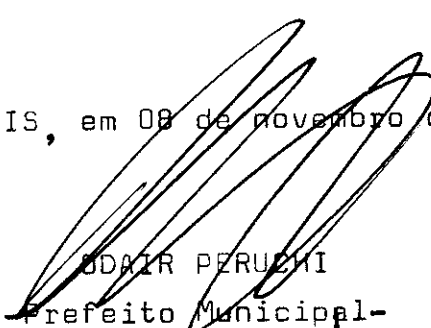
-continuação-

fls.04

conta de dotações orçamentárias próprias ou suplementadas se necessário.

Artigo 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 08 de novembro de 1990.



ODAIR PERUEI

Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 08 de novembro de 1990.



NELSON MORALES ROSSI

-Diretor Administrativo-